

EDITORIAL

Volume 13, número 25, set./dez. 2020

APRESENTAÇÃO

José Rubens Lima Jardimino
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil
jrjardilino@gmail.com.br
<http://orcid.org.0000.0003.2394.9465>

A Revista Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores (RBPFP) – é uma publicação do Grupo de Trabalho Formação de Professores (GT8), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) publicada em parceria com a Autêntica Editora. Esta publicação refere-se ao primeiro quadrimestre de 2020 - número 25, do volume 12 Setembro- Dezembro de 2020.

Trata-se do último número do volume 12 do difícil ano de 2020 em que o mundo enfrenta uma crise sanitária em função da Pandemia do Covid.19. Chegamos ao final do ano e os prenúncios sobre uma vacina, são animadores, mas por outro lado, no Brasil, além da crise sanitária enfrentamos uma crise política e econômica em que setores do governo central atacam a Ciência e a Educação de maneira a vilipendiar todas as conquistas até aqui alcançadas. São tantas perdas que certamente este editorial não comportaria as questões urgentes que temos para debater no campo social, político e econômico. Incluiremos, pois somente algumas notas do presente momento no campo educacional. Finalizamos este fatídico ano com a sensação de que teremos pelo menos algo a comemorar no setor educacional – a aprovação do FUNDEB, que depois da trama realizadas pela Câmara dos Deputados na regulamentação do FUNDEB, neste início de dezembro o Senado aprovou o texto original, evitando assim um verdadeiro retrocesso para educação básica. Neste governo a educação pública brasileira sofre profundas ameaças justamente por aqueles que a deveriam defendê-la e garantir uma educação de qualidade à população por meio das redes públicas de ensino.

Na formação de professores, também por intermédio do órgão (a saber, o CNE) que deveria dar seguimento ao projeto de Formação de Professores até aqui traçado pelas entidades, associações e movimentos de defesa da educação, se desarticula a formação em prol de um projeto oposto ao que vimos defendendo e construindo coletivamente. O CNE aprova o Parecer CNE/CP Nº 14/2020 e Resolução CNE/CP No. 1, de 27 de outubro de 2020 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) e, na sequência, a Resolução CNE/CP 1/2020 que, associada à Resolução 2/2019, materializa, legalmente, entre outros aspectos, a cisão entre formação inicial e continuada, processo contínuo que o campo vem debatendo desde os anos de 1990. Ademais, conforme Helena Freitas, no seu blog “tais diretrizes dão continuidade ao processo de regulação e maior controle da formação inicial (Cf. Res. 02/2019) e continuada, carreira e creditação de cursos e instituições, iniciado em 2017 no âmbito do MEC”; como parte de um conjunto de normatizações que aprofundam a implementação de uma política de formação de professores de caráter tecnocrático, que objetiva maior controle sobre o trabalho pedagógico, alinhada exclusivamente às competências e conteúdos da BNCC e à lógica empresarial privatista que vem se impondo na educação básica pela agressiva ação dos reformadores empresariais junto às secretarias de educação de estados e municípios.

Essas, entre outras investidas no campo educacional, têm coroado o ano de 2020 com um acúmulo de perdas e de forte implementação de um outro projeto educacional de grande retrocesso para o país. Certamente teremos para 2021 um grande cenário de luta pela defesa dos direitos das pessoas no campo social, político, cultural (?) e humano.

Apesar de tudo isso, e por outro lado, a revista neste último número veiculará um potente dossiê que tem como propósito reunir alguns estudos e pesquisas de forma a conhecer as inúmeras iniciativas em desenvolvimento no Brasil, sobre o que se denomina “Residência Pedagógica”, perspectiva incorporada aos processos de formação de professores, e compreender como são elaboradas, desenvolvidas e avaliadas frente aos desafios contemporâneos para a formação de professores da educação básica. Além disso, analisar, sob diferentes aspectos, o Programa de Residência Pedagógica financiado e mantido pela CAPES. Acreditamos que esse dossiê poderá trazer à baila um posicionamento crítico reflexivo sobre essas diversas iniciativas.

O dossiê, organizado pela Profa. Dra Magali Aparecida Silvestre, precursora de uma experiência exitosa de um Programa de Residência Pedagógica que compõe o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia do Campus Guarulhos da UNIFESP apresenta como justificativa para a sua organização os seguintes termos:

“Em meados dos anos 2000, a recorrente crítica direcionada a forma de organização dos estágios curriculares obrigatórios dos cursos de licenciaturas no Brasil acompanhou o despontar da ideia de “residência” para a formação de professores para a educação básica, tendo como marco o Projeto de Lei do Senado no. 227/2007, que visava a instituir a residência educacional a professores da educação básica, indicando mudanças na LDB 9394/96. Hoje se verificam várias iniciativas pontuais cujas propostas se direcionam tanto para os processos de formação inicial como de formação continuada de professores e que possuem como elemento comum a formação mais próxima do campo de trabalho do professor – a escola. No entanto, a maioria dessas iniciativas e os estudos sobre a temática ainda são pouco conhecidos” (SILVESTRE, 2020)

Com este quadro narrado acima e com o acolhimento ao tema, recebemos uma quantidade muito grande de artigos, o que foi muito bom, mas, por outro lado, atrasou a publicação que deveria ter ocorrido em novembro. Recebemos em torno de 35 artigos sobre o tema do Dossiê e o percurso editorial não nos permitiu concluir a avaliação de todas as submissões em tempo hábil, assim, tomamos uma decisão editorial: publicaremos os artigos que se encontravam já aprovados e em edição. Os demais, uma vez aprovados, serão publicados continuamente nos números subseqüentes de 2021.

Dada as devidas justificativas, anunciamos a publicação do Dossiê Residência Pedagógica com dezenove artigos distribuídos na seguinte ordem. Os dez primeiros trazem um corpus de artigos para dossiê de convidados que explicam e analisam as principais iniciativas brasileiras de formação de professores, cuja denominação do Programa ou Projeto apresenta o termo “Residência”. Os quatro primeiros artigos, desse conjunto, contém as iniciativas pioneiras do país, iniciativas consagradas de formação inicial ou formação continuada, desenvolvidas em instituições de ensino superior públicas federais. Outros quatro apresentam e analisam experiências desenvolvidas em instituições públicas de ensino superior por meio do Programa de Residência Pedagógica da CAPES. Finalmente, dois deles problematizam elementos teóricos e metodológicos da configuração “residência pedagógica” numa perspectiva crítica emancipadora e evidenciam a tendência das políticas neoliberais contemporâneas contidas no Programa de Residência Pedagógica da CAPES.

Em seguida, encontra-se nesse número nove artigos da demanda espontânea enviados, atendendo a convocação para o dossiê e de temáticas variadas sobre a Formação de Professores, além de um artigo internacional sobre biografia docente de uma professora formadora da Republica Argentina.

Esperamos que este número que ora apresentamos da Formação Docente –Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, composto pelo dossiê Residência Pedagógica e artigos com foco na Formação de Professores, seja relevante para o debate no campo, e possibilite a reflexão para os investigadores que atuam pesquisando sobre a Formação de Professores no Brasil.

Agradecemos atenção do leitor e o convidamos à leitura.

JARDILINO, J. R. L.;

Apresentação.

Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores

Vol. 13, nº. 25 (p. 9-12) 31 dez. 2020